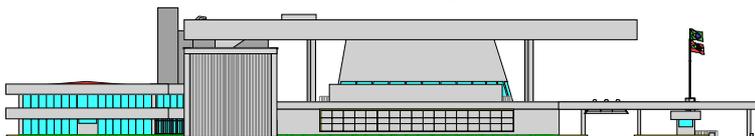


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 20 DE NOVEMBRO DE 2012

NÚMERO 6.486

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Mauricio Eskudlark
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera
Sandro Silva
Valmir Comin

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Aldo Schneider
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Joares Ponticelli
Jorge Teixeira
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Marcos Vieira

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 029ª Sessão Especial realizada em 08/11/2012.....2 Ata da 112ª Sessão Ordinária realizada em 13/11/2012.....6</p> <p>Atos da Mesa Ato da Mesa DL 15</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões 15 Permanentes 15 Avisos de Licitação 16 Ofícios 17 Portarias 17 Projetos de Lei 19 Redações Finais 19 Resolução 20</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 029ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

EM HOMENAGEM ÀS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES QUE TÊM

CONTRIBUÍDO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA FARMÁCIA EM

ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

SUMÁRIO

HORTÊNCIA SALETT MÜLLER TIERLING - Faz um apanhado da luta histórica dos farmacêuticos para a conquista da farmácia como estabelecimento de saúde.

DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - Agradece a honraria do Legislativo catarinense e a possibilidade de dar visibilidade à categoria.

FERNANDA MAZINI - Pede mais autonomia aos farmacêuticos na luta em defesa da saúde da população.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Elogia a profissão do farmacêutico e enaltece sua importância para a saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades a seguir nominadas:

Senhora Fernanda Mazini, presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhora Hortência Salett Müller Tierling, presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Ronaldo Ferreira dos Santos, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos - Fenafar;

Senhora deputada federal do estado da Bahia, Alice Mazuco Portugal.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem ao Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina e ao Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Senhoras e senhores, dando continuidade à nossa sessão especial, convido

a sra. Hortência Salett Müller Tierling para fazer uso da palavra em nome do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina.

A SRA. HORTÊNCIA SALETT MÜLLER TIERLING - (Passa a ler.)

“Cumprimentando o deputado Reno Caramori, neste ato representando o deputado estadual Gelson Merisio, presidente desta Casa, estendo as saudações às demais autoridades que compõem a mesa, às demais autoridades aqui presentes.

Agradeço a presença nesta noite de todos os farmacêuticos, diretores de Conselhos Regionais de Farmácia, de sindicatos, diretores e conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, acadêmicos de Farmácia e demais convidados que nos honram e prestigiam este evento.

Na condição de presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina, cabe a mim o dever e a honra de enfatizar nesta noite a jornada política e social que envolve milhares de farmacêuticos brasileiros em busca de um conceito inovador: o entendimento consolidado de que os

medicamentos não são mercadorias comuns, são insumos que asseguram o direito à saúde e de que a farmácia não é um simples comércio, mas um estabelecimento de saúde.

Por fim, em decorrência dessas premissas e, ao mesmo tempo, como base fundamental dessa filosofia está o fato de que o farmacêutico é um profissional de saúde.

A aceitação social desse fato se desdobra em inúmeros impactos benéficos na vida dos brasileiros. Constitui-se, na verdade, num formidável avanço humanístico e civilizatório na relação do homem com os poderes, muitas vezes incompreensíveis, das forças químicas e naturais que produzem a cura ou agravam a doença.

Os dados mais recentes da Organização Mundial da Saúde reafirmam que 50% de todos os medicamentos consumidos no mundo são prescritos, dispensados ou usados de forma inadequada. Isso nos permite conhecer a dimensão assustadora do desperdício de dinheiro e da ineficácia das terapias medicamentosas que resultam da falta de assistência farmacêutica.

É por isso que há praticamente dez anos toda ação técnica e política do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina é concebida e executada tendo como objetivo interferir nessa realidade e transformá-la.

Por exemplo, quando assumimos o Conselho Regional de Farmácia, em 2003, solicitamos a revogação de uma resolução da Vigilância Sanitária estadual que instituiu *drugstores* e lojas de conveniência junto com drogarias em Santa Catarina. E fomos atendidos pela diretora da Vigilância Sanitária Estadual, a farmacêutica, aqui presente, Raquel Bittencourt, que compreendeu a necessidade de alterar a referida legislação, apontando o entendimento da farmácia como estabelecimento de saúde.

Mais tarde, em 2008, com o apoio e o trabalho político louvável do deputado Gelson Merisio, que hoje preside o Poder Legislativo de Santa Catarina, foi aprovada nesta Casa lei de sua autoria que autoriza os serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e impede o comércio de produtos alheios ao ramo farmacêutico nesses locais, apontando um avanço legal no sentido de transformar a farmácia em estabelecimento de saúde.

O espírito de vanguarda dessa lei do deputado Gelson Merisio ficou evidenciado quando, um ano depois, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou a Resolução RDC n. 44, de 2009, que regula os serviços farmacêuticos nas farmácias de todo o Brasil.

Nessa mesma RDC estão definidas as Instruções Normativas n.s 9 e 10, determinando que medicamentos isentos de prescrição devem ficar atrás do balcão e ser dispensados pelo profissional farmacêutico para segurança do usuário. A Instrução Normativa n. 10 foi revogada no decorrer deste ano e uma nova RDC autorizou a venda de medicamentos isentos de prescrição em gôndolas.

A força do retrocesso na saúde pública é uma pressão constante contra a qual os farmacêuticos têm lutado. Em julho deste ano, o deputado federal Sandro Mabel incluiu em uma medida provisória um artigo autorizando a venda de medicamentos em supermercados, obviamente sem a presença do profissional farmacêutico para a correta orientação ao usuário. A medida provisória foi aprovada no Congresso Nacional.

É natural e compreensível que nem toda a sociedade consiga calcular o impacto disso. O uso irracional de medicamentos provoca intoxicações medicamentosas, que estão entre as primeiras causas de morte

registradas nos centros de informações toxicológicas do nosso país.

Por isso, o Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, juntamente com o Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina, a Fenafar, o Conselho Federal de Farmácia e demais conselhos e sindicatos de farmacêuticos do país protagonizaram um movimento de articulação política de veto a esse artigo.

Os catarinenses têm o privilégio de contar com a presença de uma conterrânea no círculo mais íntimo e de maior confiança da presidente Dilma Rousseff. A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, faz parte daquele círculo que os jornais - sempre tão criativos - apelidaram de 'núcleo duro do poder'. A articulação da ministra Ideli Salvatti, que ouviu as entidades farmacêuticas para a apresentação dos corretos argumentos para a Presidência da República, foi fundamental para embasar o veto presidencial ao artigo aprovado no Congresso que era tão danoso para a saúde pública brasileira.

Um político brasileiro que lutou pela democracia, Leonel Brizola, costumava repetir que 'o poder, ou é exercido ou não é poder'. Nós sabemos que a ministra Ideli Salvatti não se limitou a simplesmente exercer o seu poder ministerial ao nos conduzir até o centro de decisões do Palácio do Planalto. Ela fez muito mais que isso, mas nós estamos gratos de ter tido acesso à capacidade de articulação de nossa ministra catarinense em favor dessa causa justa. O veto da presidente Dilma Rousseff confirmou mais uma vez o rumo da farmácia como estabelecimento de saúde.

Nessa noite queremos ainda avançar nesse rumo.

O Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina e a Federação Nacional dos Farmacêuticos entregarão ao presidente da Assembleia Legislativa catarinense - neste ato representado pelo deputado Reno Caramori -, que já foi tão sensível a esse tema no passado, uma sugestão de alteração da Lei Estadual n. 14.370, de 2008, de autoria do deputado Gelson Merisio.

Por essa modificação, inclui-se o art. 6º, que passa a ter a seguinte redação:

'Art. 6º. É vedada a exposição diretamente ao público de medicamentos isentos de prescrição, sendo a sua dispensação sujeita à orientação do farmacêutico.'

Estamos certos que dessa forma, mais uma vez, Santa Catarina vai dar um passo adiante, mostrando ao Brasil o caminho da evolução legal nesse aspecto sanitário. Porque sabemos que disponibilizar os medicamentos nas gôndolas induz o consumo por impulso e estimula a automedicação. Esse comportamento acaba onerando o SUS com internações hospitalares que poderiam ter sido evitadas. E, o que é pior, banaliza o consumo de medicamentos, como se eles fossem inofensivos, cerceando o direito do usuário à correta assistência farmacêutica.

Em 1994, a sociedade organizada, com as entidades farmacêuticas à frente, conseguiram derrubar no Congresso Nacional um projeto de lei de autoria da então senadora Marluce Pinto, que era lapidar na ignorância técnica e assombroso nas consequências sociais. O projeto em questão dispensava a presença de farmacêuticos nas drogarias, na suposição de que as informações da bula dos medicamentos poderia substituir a assistência do farmacêutico.

Esse projeto de lei, um verdadeiro monumento ao risco sanitário, foi relegado à lata de lixo da história, onde é seu lugar, e

substituído por um projeto do então deputado Ivan Valente, que instituiu a Farmácia Estabelecimento de Saúde. Mais uma vez, por causa das pressões comerciais, desde 2000 o substitutivo de Ivan Valente aguarda aprovação no Congresso.

O assessor político do CRF e o presidente da Federação Nacional de Farmacêuticos, Ronald Ferreira dos Santos, afirmam-nos que todo o arcabouço jurídico e técnico que precisava ser constituído para a Farmácia Estabelecimento de Saúde se consolidar já está erguido. O ano de 2013 deve ser o ano da colheita. É quando esse avanço deve prosperar para o bem da sociedade brasileira.

Temos, no Congresso Nacional, a força de parlamentares que têm feito a diferença. A nossa colega baiana farmacêutica, deputada federal Alice Portugal, com raízes em Nova Veneza, em Santa Catarina, que é presidente da Frente Parlamentar de Assistência Farmacêutica, também homenageada nesta noite, tem sido uma aliada no desenvolvimento político da Farmácia Estabelecimento de Saúde.

Nós, farmacêuticos catarinenses, estamos plenamente envolvidos nesse processo. Hoje mesmo começou em Florianópolis a 16ª edição do Farmapolis. Trata-se do maior encontro de farmacêuticos do sul do país, que neste ano tem um diferencial: conta com o apoio dos Conselhos Regionais de Farmácia e dos Sindicatos de Farmacêuticos do Paraná e do Rio Grande do Sul, além do apoio do Conselho Federal de Farmácia sua na organização.

Também está sendo realizada nesses dias, e pela primeira vez em 50 anos de história, uma plenária do Conselho Federal de Farmácia em Santa Catarina. Essa plenária tem a presença de 27 conselheiros federais e de toda a diretoria do Conselho Federal. Eles participarão de debates e de mesas redondas do nosso Farmapolis, ouvindo nossos colegas e contribuindo para formular as políticas que definem nosso 'fazer farmacêutico' e nossa relação com a sociedade brasileira.

Manifesto, por essa deferência com Santa Catarina, um especial agradecimento ao presidente do Conselho Federal de Farmácia, Walter Jorge João, que está promovendo uma reoxigenação da nossa maior entidade representativa de classe e trabalhando pela união das diversas entidades farmacêuticas.

Walter, você pode ter a certeza de que nesse trabalho você conta com o apoio da diretoria do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina e com a amizade e companheirismo do nosso conselheiro federal por Santa Catarina, dr. Paulo Boff, outro exímio articulador político, que sabe agregar as pessoas na busca do bem comum.

Também no nosso congresso podemos compartilhar do conhecimento e experiência do nosso ex-presidente do Conselho Regional de Santa Catarina e atual diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do ministério da Saúde, José Miguel Nascimento Júnior. O trabalho do Miguel tem uma amplitude que nem sempre nos permite descrever a dimensão do que ele tem feito pelos farmacêuticos e pela saúde brasileira.

À frente do DAF - Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde - instituiu e executou o programa Qualifar, que tem levado pós-graduação e cursos a distância para aprimorar o conhecimento de milhares de farmacêuticos que atuam no SUS. Negociou, articulou e conseguiu aprovar uma portaria para o setor hospitalar, que reafirma e estabelece a necessidade do farmacêutico nas equipes multidisciplinares dos

hospitais. E ampliou o programa Farmácia Popular, que na sua implantação teve a gestão de outro colega catarinense que é uma referência para todos nós, o atual gerente de medicamentos da Anvisa, dr. Norberto Rech, que também vai brindar-nos com a clareza de seu conhecimento durante o Farmapolis.

Quero, de público, agradecer o apoio dos parceiros na realização do nosso congresso, que está na 16ª edição: a Fenafar, a Abefar, o Instituto Racine, os Conselhos Regionais de Farmácia e os Sindicatos de Farmacêuticos de outros estados, o Ministério da Saúde, a Anvisa, as universidades catarinenses e os patrocinadores Sanofi e Companhia Latino Americana.

O Farmapolis agora em curso e com intensa programação é uma evidente demonstração da capacidade da nossa categoria de formular e pôr em prática as evoluções técnicas, científicas e políticas que a saúde brasileira necessita. Estamos reunindo pesquisadores, autoridades sanitárias, profissionais do mercado, estudantes e representantes de classe num só debate, que tem por fim fazer a Farmácia Estabelecimento de Saúde uma revolução brasileira na área da saúde pública.

Convido todos para que participem de nosso congresso e homenageio todos aqueles que, dentro da sua área de atuação, acolheram e contribuíram para esse progresso."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -

Convido o presidente do Conselho Federal de Farmácia, sr. Walter da Silva Jorge João, para compor a mesa.

(Palmas)

Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados e anunciar as autoridades presentes.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Em nome do deputado Reno Caramori, que preside a presente sessão, registramos a presença das seguintes personalidades:

Senhor Marcos Moser, neste ato representando o senador Paulo Bauer;

Primeiro-tenente Peterson Jaques de Souza, neste ato representando o comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, capitão-de-fragata Luiz Felipe Rabelo Freire;

Senhor Marino Tessari, presidente da Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina;

Senhor Tércio Kasten, neste ato representando a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas e a Federação de Hospitais de Santa Catarina;

Senhora Rosalba Otília Ferreira, coordenadora do curso de Farmácia da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora Nilce Barbosa, diretora do Instituto Racine, em São Paulo;

Senhor José Miguel do Nascimento Júnior, diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do ministério da Saúde;

Senhora Nícia Franciele Cursino Neto, primeiro-tenente, neste ato representando o diretor de Instrução e Ensino da Polícia Militar, coronel Cesar Luiz Dalri;

Senhor Flávio Flores, presidente do Conselho Regional de Representantes Comerciais de Santa Catarina - Core/SC;

Senhora Eliana Diehl, subchefe do Departamento de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora Silvana Nair Leite, presidente da Escola Nacional dos Farmacêuticos;

Senhora Célia Chaves, neste ato representando o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul;

Senhora Raquel Ribeiro Bittencourt, diretora da Vigilância Sanitária da secretaria de estado da Saúde de Santa Catarina;

Senhor Diogo Miron, presidente do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul;

Senhor Carlos Weiss, presidente da Associação dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul;

Senhor Rinaldo Ferreira, presidente das farmácias Farma & Farma;

Senhora Ana Lúcia Lopes Gelbcke, neste ato representando a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis -Acif;

Senhora Karen Denez, neste ato representando a Associação Catarinense de Farmacêuticos Homeopatas;

Senhora Márcia Gutierrez, presidente da Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas;

Senhor Pedro Eduardo Menegasso, presidente do Conselho Regional de Farmácia de São Paulo.

A partir deste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina pelo trabalho em prol da valorização do farmacêutico como profissional de saúde, protegendo os usuários de serviços e produtos da atividade farmacêutica e por sua luta para a transformação da farmácia em estabelecimento de saúde, para promover a garantia do direito fundamental do povo brasileiro.

Convido o sr. deputado Reno Caramori para fazer a entrega da homenagem à sra. Fernanda Mazini, em nome do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Reno Caramori para fazer a entrega da homenagem à sra. Hortência Salett Müller Tierling, presidente do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, neste ato representando o conselho.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Osr. deputado Reno Caramori entrega agora a homenagem ao sr. Marcos Moser, neste ato representando o senador Paulo Bauer, pelo seu empenho, através de sua atuação política, contribuindo para a transformação da farmácia como estabelecimento de saúde e pela sua luta para o fim da cobrança de impostos sobre a produção e comercialização de medicamentos de consumo humano, para garantir o direito à saúde do povo brasileiro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Procede-se neste momento à entrega da homenagem à sra. Alice Portugal, deputada federal, pelo seu empenho, através da sua atuação política, contribuindo para a transformação da farmácia como estabelecimento de saúde, para garantir o direito à saúde do povo brasileiro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. José do Nascimento Júnior, diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do ministério da Saúde, pelo seu empenho, através de sua atuação política, contribuindo para a transformação da farmácia como estabelecimento de saúde, pela implementação

do programa Farmácia Popular do Brasil, para garantir o direito à saúde do povo brasileiro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento convido para receber a homenagem o sr. Norberto Rech, assistente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, pelo seu trabalho na fiscalização do estabelecimento farmacêutico, dos produtos e serviços que possam afetar a saúde, para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Walter da Silva Jorge João, neste ato representando o Conselho Federal de Farmácia, pelo trabalho em prol da valorização do farmacêutico como profissional de saúde em todo o nosso país.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agora recebe a homenagem o sr. Ronaldo Ferreira dos Santos, neste ato representando a Federação Nacional dos Farmacêuticos, promovendo os interesses da categoria, na prática de ações que beneficiam toda a sociedade e por sua luta para a transformação da farmácia em estabelecimento de saúde 24 horas por dia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido as sras. Hortência Salett Müller Tierling e Fernanda Mazini para fazerem a entrega da homenagem ao sr. deputado Reno Caramori, neste ato representando o sr. deputado Gelson Merisio, presidente deste Poder.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Dando prosseguimento à solenidade, convidamos para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, a sra. deputada federal Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - Sr. deputado Reno Caramori, segundo-secretário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, neste momento presidindo os trabalhos.

Gostaria de cumprimentar a presidente do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, dra. Hortência Salett Müller Tierling; a presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina, sra. Fernanda Mazini; o presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, dr. Ronald Ferreira dos Santos; e o presidente do Conselho Federal de Farmácia, dr. Walter da Silva Jorge João.

Senhoras e senhores presentes, acadêmicos de Farmácia e suas entidades estudantis, meus colegas homenageados, dr. Miguel e dr. Norberto.

Deram-me, neste momento, a incumbência de falar em nome dos homenageados e revelo a minha profunda emoção de estar na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, diante das grandes autoridades da Farmácia do sul do Brasil, reunidas no Farmapolis, evento organizado, fundamental e originalmente, pelo Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina, pelo Sindicato dos Farmacêuticos, pela Federação Nacional dos Farmacêuticos e pelo Conselho Federal de Farmácia, que reúne os seus membros de maneira paralela a esse evento.

Como homenageada e falando em nome dos meus colegas, temos que agradecer à Assembleia Legislativa desta terra por esta

possibilidade de os farmacêuticos transformarem-se em profissionais visíveis para toda Santa Catarina, sabendo que esta homenagem reverberará por todo o país e farei questão descrevê-la do plenário da Câmara dos Deputados.

Neste momento os farmacêuticos brasileiros levantam bandeiras importantes. Somos um milenar ofício, lutamos para a diminuição das dores da humanidade. Através do medicamento, entendemos que a vida pode ser melhorada, mas que para isso é preciso o trabalho interdisciplinar da saúde, o respeito à saúde da população, a integração com as políticas públicas de saúde, mas, acima de tudo, profissionalismo, responsabilidade e amor à profissão. E o farmacêutico, sem dúvida alguma, tem sido mestre nessa construção.

Hoje recebemos uma honraria da maior importância, dr. José Miguel, que no ministério da Saúde tem sido um parceiro do medicamento e da farmácia brasileira, tem sido um exemplo a ser seguido. O dr. José Miguel é reconhecido por todos aqueles que trabalham na saúde brasileira como o grande interlocutor dos farmacêuticos junto ao Poder Executivo.

Também o dr. Norberto Rech tem sido um exemplo de farmacêutico na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, levantado a tese das boas práticas, do respeito e, especialmente, aos interesses de toda a população brasileira.

A senadora Ideli Salvatti, ministra das Relações Institucionais da Presidência da República, é o hoje uma grande lutadora em defesa dessas relações e num momento crucial da nossa necessidade, atuou para que acabássemos com a chaga da venda de medicamentos em supermercados.

O senador Paulo Bauer levanta uma tese da maior importância em defesa daquele que precisa do medicamento e consome-o por meio de compra, na medida em que sua intenção é diminuir o custo da cesta de medicamentos.

A homenagem mim conferida talvez seja o reconhecimento ao meu trabalho na Câmara Federal, mas na verdade cumpro apenas a minha obrigação de defender a saúde pública e os interesses da nossa categoria.

O nosso Conselho, em momento de grande ventilação, recebe a honraria das mãos do presidente desta Casa porque de fato tem-se feito respeitar e erguido a voz em defesa dos profissionais farmacêuticos.

Hoje vivemos um momento importante! Queremos transformar a farmácia em estabelecimento de saúde. A farmácia não pode ser um mero ponto comercial de venda de medicamentos. O medicamento não é uma mercadoria qualquer, o medicamento é vida. Por isso é preciso a presença do profissional tecnicamente graduado e capacitado para fazer a assistência farmacêutica e a orientação do uso do medicamento.

Durante muitos anos o farmacêutico ficou invisível. Durante décadas o farmacêutico foi induzido à condição de mero coadjuvante do processo de autorizar um registro de funcionamento de uma farmácia. Hoje, queremos protagonismo. Queremos que a farmácia efetivamente garanta à sociedade a segurança de como usar racionalmente o medicamento; garanta que a sociedade tenha acesso ao debulhamento da prescrição do médico; garanta que aquela farmácia não seja uma instituição que na sua entrada exponha mercadorias de várias naturezas que se antecipem a qualquer tipo de cuidado com a saúde de quem a procura.

Como presidente da Frente Parlamentar da Assistência Farmacêutica da Câmara dos Deputados de buscar fazer com

que o farmacêutico tenha o seu ato definido, que as suas especialidades sejam respeitadas, a farmácia homeopática, a farmácia com manipulação, a farmácia clínica, o farmacêutico especializado em análises clínicas como eu, o farmacêutico especializado em análises toxicológicas, bromatológicas, em saúde pública, em vigilância sanitária, enfim, a profissão no seu âmbito completo, para que possamos delimitar as fronteiras que hoje são membranas permeáveis e que muitas vezes nos levam à perda do espaço profissional, levando também à perda da qualidade no exercício dos interesses da saúde pública.

Também temos interesse, através da nossa atuação - e como homenageada levanto essa bandeira -, que a saúde pública seja respeitada com o fortalecimento do SUS, que as sabotagens a esse sistema, que é o maior plano de saúde pública do mundo, sejam evitadas com legislação competente e fiscalização rigorosa. E que evitemos atitudes de implementar experiências exógenas, exóticas, como a privatização, com outro nome, dos hospitais universitários, através de uma experiência que toma o nome de Ebserh, uma empresa que pública não é, mas que não se assume privada, e que na verdade toma para si o impedimento da relação do binômio docência/assistencial, que forma bem até hoje, através das universidades federais, médicos, nutricionistas, enfermeiros e farmacêuticos.

Por isso, entendemos que delimitar o campo do farmacêutico, que exaltar a natureza dessa profissão na luta por uma saúde pública a que todos os brasileiros e brasileiras tenham acesso, que fazer a luta para que a farmácia seja um estabelecimento de saúde, aprovando o substitutivo do deputado Ivan Valente ainda apensado ao projeto da ex-senadora Marluce Pinto, de triste memória, que tentava implodir a presença do farmacêutico na farmácia, são iniciativas extremamente positivas e que, parece-me, são o verdadeiro motivo da homenagem desta Casa no dia de hoje.

Dessa forma, agradeço veementemente a esta Assembleia Legislativa. Farei a divulgação dessa enorme honraria e, em nome dos homenageados, faço a transposição da homenagem a todos os profissionais farmacêuticos que engrandecem a farmácia brasileira.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Convido para fazer uso da palavra, em nome do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina, a sra. Fernanda Mazini, presidente.

A SRA. FERNANDA MAZINI - (Passa a ler.)

“Cumprimento o presidente desta Casa, representado neste ato pelo deputado Reno Caramori, que generosamente nos recebe nesta noite, e em seu nome todas as autoridades nominadas pelo protocolo.

Nesta sessão especial, promovida pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina para homenagear aqueles que têm contribuído nesta jornada para transformar a farmácia em estabelecimento de saúde, temos a oportunidade de relembrar os avanços já conquistados e os grandes desafios que ainda temos que enfrentar.

Os homenageados de hoje representam os avanços que já conquistamos e a eles os farmacêuticos devem agradecer e reconhecer pelo seu trabalho e esforço.

Os desafios são grandes! O trabalhador farmacêutico, empregado nos estabelecimentos de varejo, precisa ter mais autonomia dentro das farmácias. Hoje, ele fica

muito atrelado à demanda de lucratividade do patrão que, na maioria dos casos, vê a farmácia apenas como comércio, e dessa forma é obrigado a comercializar a saúde.

Enquanto houver esse atrelamento, dificilmente o farmacêutico conseguirá executar o seu papel de profissional de saúde. Nós, farmacêuticos, precisamos ter mais autonomia para que consigamos, de fato, prestar uma assistência farmacêutica plena para contribuir com a saúde da população.

O sindicato atua pela valorização da categoria, pressuposto para a elevação da farmácia ao patamar de estabelecimento de saúde. Fazemos isso através da orientação dos colegas, assegurando o pagamento do piso salarial, garantindo o direito do farmacêutico de não se submeter às jornadas extenuantes e também oferecendo qualificação através do Farmapolis e de outras atividades.

A atualização é um dos pilares da valorização. Com valorização poderemos prestar o melhor serviço à população, contribuindo para a sua saúde. Com valorização poderemos receber o reconhecimento da sociedade e dos empregadores, viabilizando o salário que merecemos.

Para isso precisamos do Poder Legislativo para a aprovação dos projetos de lei que versam sobre nosso piso salarial, nossa jornada de trabalho e, especialmente, nosso projeto da farmácia estabelecimento de saúde.

Enquanto não alcançarmos esses grandes objetivos, ainda será necessária toda mobilização e esforço de nossa categoria, juntamente com nossas entidades, no sentido de fortalecer essa luta.

Quinze anos já se passaram desde a proposição de lei que visa a transformar a farmácia em estabelecimento de saúde. Quantos anos a mais de luta ainda serão necessários? A forte oposição a esse projeto sairá vencedora se desistirmos.

Não se trata de uma luta corporativa, mas uma bandeira da população. Não importa quantos anos de luta ainda teremos que travar, o Sindfar sempre estará à frente dessa batalha que certamente será menos longa e extenuante se estivermos juntos e firmes no mesmo propósito.

Obrigada a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Queremos aproveitar a oportunidade para agradecer a presença dos convidados que compõem a mesa, já nominados pelo protocolo. Queremos agradecer a presença dos profissionais da saúde, dos acadêmicos, dos professores, de todos aqueles que são responsáveis pela manutenção da saúde da gente catarinense.

Queremos agradecer a presença dos homenageados, daqueles que vieram prestigiar esse evento tão importante. Entendemos que talvez a hora e o dia tenham-nos furtado da presença de outros deputados, porque na quinta-feira à tarde, normalmente, os deputados viajam para as suas bases, para suas regiões, a fim de cumprir compromissos sociais e profissionais. Assim, justificamos a ausência dos colegas.

Eu lembro, sra. presidente, que, quando jovem, lá na minha cidade tínhamos algumas poucas farmácias e apenas uma que tinha o seu responsável. As outras farmácias contratavam profissionais de Florianópolis, Blumenau e Joinville para serem os responsáveis.

Digo isso porque na minha atividade profissional eu os encontrava na rodoviária, uma vez que, à época, iam de ônibus e havia dificuldades de locomoção, posto que as

estradas eram precárias. Eu normalmente estava pela rodoviária e conversava com o pessoal, que me dizia que estava lá para assinar um livro como responsável pela farmácia do fulano e do sicrano.

Hoje essa irresponsabilidade não se admite mais. Com todas as universidades que nós temos formando profissionais, não é possível que ainda exista alguma farmácia que use esse tipo de artifícios.

Ao ver todo o trabalho que o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina vêm fazendo, espero que os demais estados da federação também o façam,

a fim de garantirmos ao profissional de farmácia o direito ao pleno exercício da sua atividade profissional, de acordo com o que ele almeja, para bem atender à nossa população.

Por isso, quero cumprimentar mais uma vez o Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina, o Conselho Federal de Farmácia, os Sindicatos dos Farmacêuticos e todos os profissionais.

Entendemos perfeitamente que seu deslocamento até esta Casa traduz a grande responsabilidade e a preocupação com a saúde dos catarinenses.

Convidamos todos para, de pé,

ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um no *hall* deste Poder.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para o dia 13, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende a proteção dos animais.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Alerta o governo estadual sobre a falta de investimento em educação no município de Joinville.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Relata audiência para tratar da instalação de um *campus* da UFFS em Concórdia; refere-se a ações da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador; aborda problemas na Cidasc.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Defende projeto de sua autoria que beneficia os portadores de deficiência.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Elogia o projeto do deputado Serafim Venzon.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Aguarda solução para a queda na arrecadação dos municípios; exalta o trabalho desenvolvido pela Estação Experimental da Epagri, em Urussanga.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Analisa a importância das micro e pequenas empresas e os programas que devem beneficiá-las.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pede a retirada do Projeto de Lei n. 0030/2012, de sua autoria, referente à Polícia Militar de SC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de dirigentes

da prefeitura de Itajaí.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Relata o processo de escolha do futuro presidente do PMDB em SC.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o governo das críticas do deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta o adiamento da assinatura do convênio com a BMW; solidariza-se com os policiais civis e militares em virtude da onda de violência que assola o estado.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aponta a necessidade de políticas sociais inclusivas.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Discorre sobre o 3º Seminário da Consciência Negra, realizado em Itajaí.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede melhores condições de trabalho aos agentes de segurança pública.

DEPUTADO SANDRO SILVA (pela ordem) - Registra a presença do vereador eleito Maurício Soares, do PMDB de Joinville.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se ao avanço da violência no estado; presta contas de sua ação para a implantação de ferrovias em SC; Elogia o Projeto de Habitação Loteamento Bem Morar, no município de Quilombo.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do vice-prefeito eleitos da cidade de Major Gercino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados. Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha

no plenário, pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

O que nos traz à tribuna nesta terça-feira, 13 de novembro, é defender mais uma bandeira do nosso mandato, que é o combate a qualquer tipo de violência em nossa sociedade. Não toleramos nenhum tipo de violência contra a criança, contra a mulher, contra os idosos, contra qualquer homem e muito menos a violência produzida contra os animais, o que tem acontecido com muita frequência. Em qualquer circunstância a sociedade deve proteger a vida, evitar toda a forma de mau trato e sofrimento aos outros seres, buscar exemplos de civilidade em nosso mundo contemporâneo. Por isso os movimentos voluntários em defesa dos animais são imprescindíveis em nosso estado.

Acompanhamos o trabalho de muitas ONGs em defesa dos animais. E podemos citar a Aprablu, de Blumenau, a Ama Bicho, de Pomerode, a Viva Bicho, de Balneário Camboriú, a Ecosul, de Florianópolis, além de inúmeras outras que, inclusive, já foram homenageadas por esta Casa em virtude do trabalho que fazem em nosso estado na proteção, na retirada de animais de rua, nas castrações para controle populacional. Essas organizações sobrevivem de doações dos associados e da venda de produtos destinados ao bem-estar dos animais de estimação, principalmente pequenos animais.

Essas ONGs existem porque os casos de crueldade contra cães e gatos, srs. parlamentares, são os mais diversos, incluindo o abandono nos finais de anos e em época de férias escolares. E cito exemplos da cidade de Blumenau, onde nessas épocas, em vários bairros, são encontradas centenas de cães e gatos abandonados pelas ruas pelos seus donos, animais que durante o resto do ano ficaram em suas casas dando alegria e fazendo companhia. Mas quando chega a época de praia, deputado Neodi Saretta, eles são abandonados, infelizmente.

Isso não acontece somente com cães e gatos. Verificamos que também

aves e peixes são retirados do seu *habitat* natural para serem comercializados clandestinamente, além do uso de animais em pesquisas em que são maltratados e mortos com requintes de crueldade. Algumas vezes nós, seres humanos, maltratamos os animais tendo como propósito único a diversão e o entretenimento, o que é injustificável.

Como deputada nos opomos aos lamentáveis costumes ainda vigentes em algumas comunidades catarinenses, que insistem em infligir sofrimento desnecessário a outro ser, mesmo não sendo da nossa espécie.

Lamentamos quando vemos animais explorados pelos humanos de forma impiedosa e cruel e desejamos que essa realidade seja alterada. Preocupamo-nos com a saúde e o bem-estar de todos os seres vivos, pois vivemos em um meio ambiente sustentável e a banalização da violência contra os animais repercute no aumento da violência dentro das casas, no seio das famílias, contra as mulheres, crianças e contra os diferentes de nós.

Verificamos com muita intensidade que aquelas pessoas que têm coragem de maltratar um animal também têm coragem de maltratar os seres humanos. Defendemos que os animais sejam tratados como seres independentes. E temos que reconhecer que eles também sentem amor, dor, carinho e medo.

Buscamos um mundo novo, ao lado das pessoas que se preocupam com o fim da opressão e da exploração, onde quer que se encontrem. Pretendemos que o princípio moral básico da igual consideração de interesses não se restrinja arbitrariamente à nossa espécie, mas que se estenda a todas as espécies vivas do nosso planeta.

Protestar contra a crueldade possibilita a discussão do tratamento não humano do debate político e moral sério. Não podemos admitir que em pleno século XXI, com toda a evolução da tecnologia, dos seres humanos, ainda assistamos perplexos a situações de violência e de opressão desnecessárias, como é o caso do abandono de animais de estimação nas ruas da nossa cidade, ou do maltrato vivenciado nas puxadas de cavalos e na farra do boi. É lamentável que isso ainda aconteça.

Então, é necessário que de forma urgente implementemos políticas públicas de proteção aos animais. Inclusive, sou autora da Lei n. 13.918, que prevê o controle populacional de cães e gatos no estado de Santa Catarina, com a castração de animais e políticas de educação, como a adoção de animais. Mas infelizmente, essa lei aprovada nesta Casa, sancionada pelo governador, ainda é ignorada neste estado. Também sou autora do projeto de lei que proíbe a puxada de cavalo, o qual já foi votado na CCJ e no momento está na comissão de Turismo e Meio Ambiente da Casa.

Temos no estado centros de controle de zoonose, programas de castração de animais de rua sem sofrimento, porque isso também é um caso de saúde pública. Temos que

estimular parcerias entre os municípios e as universidades, entre os municípios e o governo do estado, porque é isso que prevê lei aprovada neste Parlamento.

O município de Pomerode recém-firmou um convênio entre a prefeitura e a Furb, no sentido de castrar os animais e implantar microchips para fazer o controle populacional da cidade. Esse é um exemplo a ser seguido.

Necessitamos de políticas públicas que visem assegurar, no âmbito dos municípios catarinenses, o controle de zoonoses, a saúde e a segurança dos cidadãos e o bem-estar animal, porque somente através da ética e do respeito às demais formas de vida é que será possível propiciar um futuro diferente, com desenvolvimento pleno, focado no crescimento sustentável, na convivência sem violência e nas transformações que a nossa sociedade tanto almeja.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

Quero desejar um bom retorno de v.exa. a esta Casa, depois de ter participado de um bom combate nas eleições municipais em Joinville. Parabéns, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente!

Quero cumprimentar as deputadas, os deputados, os colegas da imprensa e os catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

Gostaríamos de agradecer, de forma muito especial, sr. presidente, essas boas-vindas que v.exa. nos dá, já que tivemos a missão partidária de enfrentar as eleições no maior município do estado de Santa Catarina.

Deputado Neodi Saretta, foi uma bela experiência, em que amadurecemos muito. Com certeza, as urnas deram a eleição para o PMDB e desejamos que ele possa cumprir aquilo que foi prometido aos eleitores em Joinville.

Sr. presidente, essa é a minha primeira manifestação nesta tribuna, depois da minha volta. Eu tenho o maior orgulho de ocupar esta tribuna e de cumprir o meu mandato. Eu sempre disse, deputado Sandro Silva, que nós, parlamentares, somos funcionários dos eleitores. Eu coloquei o meu nome à disposição das pessoas em Joinville para saber se queriam que eu fosse eleito prefeito ou continuasse nesta Casa. A maioria decidiu que eu deveria continuar aqui. Então, vamos continuar aqui!

Mas hoje quero fazer uma crítica e um alerta desta tribuna sobre um assunto especificamente de Joinville.

Eu imagino que os deputados Sandro Silva e Darci de Mattos, que estão aqui, e o deputado Nilson Gonçalves, que daqui a pouco estará aqui, vão fazer coro a essa minha crítica e a esse meu alerta.

A minha crítica é à 23ª Gered da região de Joinville e o alerta é ao governo

do estado. E o motivo é um só, deputado Sargento Amauri Soares: na questão da educação, o estado de Santa Catarina está negligenciando, e muito, a cidade de Joinville.

Imagine, deputado Reno Caramori, que numa grande cidade, a maior de Santa Catarina, responsável por 25% do que o estado arrecada em ICMS, numa cidade com 600 mil habitantes, uma Gerência Regional de Educação anuncie o fim das extensões noturnas para as aulas e as matrículas dos jovens nas escolas.

Quando eu poderia imaginar, deputado Reno Caramori, que uma Gerência Regional de Educação, num momento extremamente delicado que estamos passando com relação ao combate às drogas - e minha mãe já dizia que mente vazia é oficina para o mal - fizesse tal tipo de anúncio.

Estamos vivendo um disparate entre as oportunidades de descaminho e as políticas públicas que possam oferecer boas opções para os jovens. Daí vem a Gerência Regional de Educação do maior município de Santa Catarina e simplesmente avisa que no ano que vem não haverá mais matrícula para as extensões noturnas que acontecem em Joinville. Com isso 1.500 jovens, ou mais, ficarão sem aulas.

O pior de tudo, deputado Sandro Silva - e sei que v.exa. também está muito preocupado com relação a essa questão -, é que quando pensamos que isso é o mais grave, vemos que não é, porque há dez anos o governo estadual não constrói uma escola em Joinville. A última foi construída pelo então governador Esperidião Amin, em 2002. O senador Luiz Henrique da Silveira foi governador por duas vezes, eleito pela grande maioria dos votos de Joinville, e não fez uma única escola. Desafio que alguém venha desmentir-me!

Eu tenho uma explicação para tudo isto: incompetência. Aliás, a SDR de Joinville poderia ser fechada de uma hora para outra, pois seria uma economia fenomenal para o estado. Tenho certeza de que há muito catarinense me assistindo que diria que não seria somente a de Joinville.

É preciso ter uma coisa clara neste meu pronunciamento: o governo do estado está, nos últimos dez anos, negligenciando ao máximo Joinville, já passou do limite! Essa crítica que faço é com muita tranquilidade. Mesmo fazendo parte da base do governo e do partido do governador, estou fazendo um relato do que realmente está acontecendo. Disse no início que iria fazer uma crítica à SDR e à Gered de Joinville, e um alerta ao governador Raimundo Colombo: governador, estão enganando v.exa. em Joinville! Estão dizendo que está tudo bem por lá, na realidade tem escola ainda fechada pela Vigilância Sanitária, a Gered cancelou as vagas para o ano que vem das matrículas noturnas e faz dez anos que o estado não constrói uma escola em Joinville. Está feio o negócio por lá! Está difícil! Mas tem gente dizendo que está tudo bem.

Claro não vou falar do Hospital Regional, se não alguém irá dizer que foi

conseguida aquela liberação e que o Dalmo não encaminhou; nem da Maternidade Darcy Vargas, que está com as obras paralisadas. Quero falar hoje da educação.

Quero deixar aqui registrado o meu repúdio à SDR de Joinville, a sua inoperância e a sua incompetência, e também à Gered da 23ª Região de Joinville, pelo descalabro que estão fazendo com a educação na maior cidade do estado de Santa Catarina.

Sr. deputado Elizeu de Mattos, v.exa. teve uma brilhante vitória Lages, imagine, como prefeito, viver uma situação em que o governador, em dez anos, não constrói nenhuma sala de aula em sua cidade e de uma hora para outra a Gered avisa pela imprensa que no ano que vem não haverá nenhuma matrícula no curso de extensão nas escolas estaduais. Imagine! Pois é isso que está acontecendo em Joinville.

Sei que o governador não está ciente disso, por esse motivo falo hoje, desta tribuna, porque dessa forma chamo a atenção de todos os parlamentares. E gostaria que os deputados de Joinville: Sandro Silva, Nilson Gonçalves e Darci de Matos pudessem fazer coro a essa reclamação de toda a comunidade de Joinville para esse descalabro que a Gerência Regional de Educação está fazendo naquele município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses, gostaria de fazer alguns registros desta tribuna com relação a uma importante audiência que houve em Brasília, na tarde da última quinta-feira, no ministério da Educação, com o ministro Aloizio Mercadante, o secretário executivo do MEC, José Henrique Paim Fernandes, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e uma grande comitiva de lideranças do alto Uruguai catarinense.

Fomos, juntamente com o prefeito de Concórdia e esse grupo de líderes, entregar ao ministro o projeto de expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul, com a instalação de um *campus* em Concórdia. Falei sobre isso na quinta-feira pela manhã, desta tribuna, antes de viajar. Quero trazer os resultados dessa importante reunião e noticiar aos catarinenses a atenção que recebemos no ministério e o encaminhamento do ministro para que o projeto seja analisado, a fim de que a Secretaria Nacional da Educação Superior possa dar os andamentos necessários. A nossa expectativa é de podermos ver instalado esse *campus* da UFFS, focado para a área das Engenharias.

Também na sexta-feira, em Brasília, houve várias reuniões em gabinetes parlamentares onde buscamos apoio para esse e outros projetos importantes para este estado.

Nós constituímos nesta Casa, dias atrás, a Frente Parlamentar da Saúde

do Trabalhador e já estamos recebendo convites para irmos a eventos, encontros e seminários debater esse tema.

Também demos entrada nesta Casa a um importante projeto de lei, fruto desse grupo de trabalho, que tem por finalidade a inclusão no currículo escolar dos conteúdos relacionados à saúde do trabalhador. Santa Catarina é um estado de ponta, mas temos algumas questões que precisam ser melhoradas. Uma delas está relacionada aos acidentes e doenças do trabalho. Pelos dados referentes ao ano de 2012, conforme uma matéria publicada nos jornais no dia de hoje, na coluna da jornalista Adriana Baldissarelli, baseada nos dados do INSS de 2010, Santa Catarina está na sexta posição em número de acidentes de trabalho, pois ocorreram 47 mil registros e 152 mortes.

Esse é um número muito grande e é preciso que os setores público e privado façam um esforço conjunto para esclarecer os números relacionados à saúde do trabalhador, sejam doenças ou acidentes do trabalho. É preciso diminuir drasticamente esses números para que Santa Catarina possa, realmente, estar na ponta.

Se pegarmos os dados do Brasil, por exemplo, veremos que os números não estão totalmente atualizados. Mas segundo os dados de 2008, houve no Brasil 747 mil acidentes de trabalho, com quase três mil mortos e mais de 12 mil trabalhadores incapacitados. Esse é número enorme, maior do que o de algumas guerras.

Então, temos que atentar para a situação da saúde do trabalhador. E por isso, inclusive, fizemos esse projeto de lei, que foi uma sugestão das entidades, das pessoas que estão envolvidas com o tema e os conteúdos da segurança e da saúde do trabalhador.

Não se trata de uma nova disciplina, mas de colocar o tema dentro das disciplinas por meio de eixos transversais, tratando de leis, de normas, de convenções trabalhistas, de tratados internacionais, da prevenção de riscos profissionais e da segurança e saúde do trabalhador e do meio ambiente do trabalho.

Então, esperamos contar com o apoio da maioria dos srs. deputados para a aprovação.

Quero ainda, sr. presidente, fazer o registro de ações que envolvem a Cidasc. Recentemente, ouvimos pela imprensa declarações de que seriam fechados os escritórios regionais da Cidasc, o que nos traz preocupação, pois, inclusive, em Joaçaba houve uma manifestação acerca disso. Há também a questão da negociação salarial dos servidores, pois, segundo soubemos, o encaminhamento dado não teria deixado os servidores da Cidasc satisfeitos.

Dessa forma, estamos enviando um pedido de informação ao secretário da Agricultura, para que nos informe acerca de alguns itens importantes, tais como: quais os serviços que já foram terceirizados? Existe programação para terceirizar outros serviços, inclusive a fiscalização sanitária? É verdadeira a

notícia que dá conta que ocorrerá a extinção de estruturas regionais? Quais os motivos, os argumentos para isso?

É importante que os srs. parlamentares saibam a angústia em que vivem os servidores, que necessitam de um reajuste salarial digno e de um acordo coletivo. E é importante que o governo esclareça, dê explicações sobre o futuro dessa importante empresa pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero primeiramente cumprimentar todos catarinenses que nos acompanham pela TAVL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital, bem como saudar muitos que nos visitam, como a professora Valmira Sebold Branco, que é secretária de Educação de Imbituba; o professor Martins Krieger, de Penha, juntamente com o professor Altair Albino; o vereador Samuel Vianei Paganelli, do PSDB de Navegantes, que veio junto com uma delegação para uma audiência na Capitania dos Portos.

Sr. presidente, pela manhã a comissão de Constituição e Justiça aprovou um projeto de lei de minha autoria que trata da valorização de todas as pessoas, especialmente aquelas que têm alguma deficiência.

A Declaração dos Direitos Humanos, elaborada em 1948, foi fruto de uma lenta, constante, permanente e progressiva luta na preservação dos direitos individuais, elencando-se os direitos civis, econômicos, políticos e, principalmente, sociais, como alimentação, moradia, previdência, assistência, cultura e lazer.

E hoje nós aprovamos na CCJ um projeto de lei que parece óbvio, o direito de que nas praças de alimentação dos *shoppings centers*, que são muitos atualmente, sejam destinadas 5% das mesas preferencialmente para as pessoas com alguma deficiência.

Nos próprios *shoppings centers* já existem vagas específicas nos estacionamento. Existe um grande número de calçadas, principalmente as mais novas, que têm um rebaixamento que facilita ao cadeirante atravessar de um lado para outro. Inúmeras edificações públicas, por força de lei, estão sendo construídas com rampas de acesso. Os prédios privados, hoje, também fazem rampas para melhorar a acessibilidade notadamente dos cadeirantes.

O nosso projeto, que na CCJ foi relatado pelo deputado Silvio Dreveck, ainda terá que passar pelas comissões de Finanças e Tributação e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem como presidente o deputado José Nei Ascari, onde, tenho certeza, também será aprovado.

Atualmente, imagino que se algum cadeirante quiser ter acesso a uma mesa para fazer a sua refeição, o seu

lanche, terá que disputar os espaços, terá que pedir licença, muitas vezes até se humilhando para ter acesso a alguma mesa.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Serafim Venzon, vou ser breve, desejo apenas enaltecer o trabalho de v.exa. através desse projeto, porque de fato existia um vácuo legal, já que nem o governo federal, nem o próprio governo do estado tinham elaborado uma norma sobre esse assunto. Assim, no meu relatório fundamentei minha aprovação exatamente nesse vazio legal, pois a Constituição permite que o estado legisle quando é do interesse da população no que diz respeito à saúde, à educação e à deficiência das pessoas.

Portanto, quero enaltecer a sua iniciativa, o seu projeto, e dizer que certamente será aprovado por este Plenário, depois de tramitar pelas comissões técnicas.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck, pela relatoria, e seguramente a sociedade catarinense agradece por isso e por outras contribuições que v.exa. tem dado neste Parlamento.

Por fim, sr. presidente, quero destacar que muitos direitos das pessoas com deficiência não estão sendo respeitados. Por exemplo: existe o direito da pessoa com deficiência de comprar um carro especial, adaptado para as suas condições físicas. Eu pergunto: das 36 SDRs, alguma delas oferece a essas pessoas com deficiência acesso ao benefício de ter um carro especial?

Para encerrar, sr. presidente, quero agradecer aos membros da CCJ, que aprovou esse projeto, e destacar que ainda há muito para avançar com relação a essa questão, a fim de que as pessoas com deficiência tenham acesso aos seus direitos individuais, aos seus direitos sociais.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro presidente, deputado Moacir Sopelsa, ao cumprimentá-lo quero cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas e aproveitar, na tarde de hoje, para falar um pouco sobre a manifestação dos prefeitos que está acontecendo em Brasília para cobrar as ações a respeito da situação financeira em que se encontram os municípios brasileiros e catarinenses. Mais de 2.000 prefeituras não conseguiram fechar suas contas que estão pendentes em função de uma série de medidas do governo federal, como a desoneração fiscal feita através do IPI, que retirou o dinheiro do caixa das

prefeituras nos últimos meses; como as políticas de incentivo para enfrentar a crise mundial, que acabara retirando recursos do Fundo de Participação dos Municípios e prejudicando o planejamento financeiro de diversos municípios de Santa Catarina e do país.

São prefeitos que estão em final de mandato, que estavam com o seu planejamento feito e que tiveram seus recursos retirados em função de uma série de medidas governamentais. Por isso, desde o dia 10 de outubro os prefeitos do Brasil buscam, através da secretaria especial de Relações Institucionais, pois foram recebidos pela ministra catarinense, Ideli Salvatti, interlocutora da Presidência da República, sanear suas contas no final dos seus mandatos. São prefeitos que se dedicaram, que se esforçaram para atender às suas comunidades e que hoje não estão conseguindo fechar suas contas por razões que fugiram ao seu controle.

A Fecam e vários prefeitos de Santa Catarina e do Brasil estão em Brasília em busca, na tarde de hoje, de uma resposta ao seu pedido, a fim de que possam resolver de uma vez por todas essa crise. Muitos prefeitos já demitiram pessoas que ocupavam cargos comissionados e cortaram despesas, mas a receita continua caindo, justamente no momento em que têm que pagar o 13º salário e mais duas folhas de pagamento. Há obras paralisadas que precisam da atenção do governo federal. São mais de R\$ 8 bilhões em convênios assinados e empenhados em todo o Brasil, cujos valores não foram liberados. As obras já foram realizadas, mas o governo não paga. Desde o Orçamento de 2010 há recursos não liberados de obras já concluídas e os prefeitos não conseguem pagar as empreiteiras, algumas delas em grande dificuldade financeira.

Precisamos aqui registrar também o nosso apelo no sentido de que a secretaria estadual da Fazenda honre os convênios com os prefeitos de Santa Catarina.

Quero prestar a minha homenagem à estação experimental da Epagri em Urussanga, que na última semana completou 70 anos de existência. Foi criada pelo ex-presidente Getúlio Vargas como um posto de fomento da agricultura e hoje se tornou a principal alavanca de pesquisa e de geração de conhecimento para a agricultura do sul do estado. É um centro de referência de pesquisa na cultura da mandioca para todo o Brasil, é um agente de pesquisa na área da fruticultura, principalmente no que se refere ao pêssego, à nectarina, criando fonte de renda para a agricultura familiar da região de Urussanga. É também, sem dúvida nenhuma, em nível nacional, referência em pesquisa em vitivinicultura, com o vale da uva Goethe.

Por isso, enalteço essa estação pelas conquistas e contribuições dadas através do trabalho profissional e árduo dos seus pesquisadores e de todos os demais funcionários, em prol do desenvolvimento econômico e sustentável do meio rural, acima de tudo contribuindo para a

diversificação e a qualidade de vida da família dos agricultores.

Sr. presidente e srs. deputados, na última sexta-feira participamos da assinatura do convênio para o Hospital São José. São R\$ 9,3 milhões para a criação de 20 novos leitos de UTI, uma carência do sul do estado. Teremos também a construção de oito novas salas de cirurgia.

Esse hospital é responsável por mais de 70% da demanda regional do SUS e é um grande refúgio para aqueles que precisam de atendimento médico público no sul do estado. São mais de dez mil atendimentos de urgência e emergência a cada mês.

Portanto, agradeço ao governador Raimundo Colombo, ao secretário Dalmo Claro de Oliveira, ao vice-governador Pinho Moreira, que naquele ato estava representando o governo do estado, juntamente com Acélio Casagrande e demais deputados do sul do estado.

Era o que eu tinha a falar, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero falar sobre o importante evento realizado em Jaraguá do Sul. Refiro-me ao Encontro das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.

Tivemos a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Paulo Roberto Bornhausen, que tem dado uma atenção especial a esse segmento tão importante para a nossa economia. Também tivemos a presença do prefeito eleito de Jaraguá do Sul, Dieter Janssen, do deputado Carlos Chiodini, que representou o presidente Gelson Merisio, e de outras autoridades.

Sr. presidente, sabemos do importante papel que esse setor econômico tem em nosso estado e no país, pois 23% do PIB vêm das micro e pequenas empresas e elas geram 65% dos empregos. No Brasil, praticamente 99% da economia provém das micro e pequenas empresas. Portanto, os empresários das micro e pequenas empresas são pessoas que, com muitas dificuldades, aquecem a nossa economia e geram muitos postos de trabalho.

Sr. presidente, falamos do papel econômico que cumprem as micro e pequenas empresas, mas não podemos esquecer, deputado Aldo Schneider, do seu papel social no estado, nos municípios e no país. Ora, quando falamos da microeconomia, estamos falando de distribuição de renda e de inclusão social. Esse é o papel social das micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina e do Brasil.

Sr. presidente, sabemos que a Constituição Federal de 1988 consagrou um tratamento creditício diferenciado às

micro e pequenas empresas, o que não vem acontecendo porque elas vêm tendo o mesmo tratamento, por exemplo, de uma multinacional. A Constituição Federal também consagrou - e estamos defendendo através da Frente Parlamentar das Organizações Estaduais - um tratamento diferenciado ambiental, que é fundamental e necessário, e trabalhista. Não é possível que uma microempresa que tem dois funcionários receba o mesmo tratamento trabalhista que recebe uma multinacional que tem dez, 12, 15 mil funcionários. Alguma coisa está errada!

Portanto, esses são os pleitos que foram elencados e que serão defendidos durante os debates, encontros e fóruns que serão realizados no estado de Santa Catarina.

Para concluir, deputado Ismael dos Santos, quero dizer que o governo do estado criou uma diretoria que dá uma atenção especial às micro e pequenas empresas. Esperamos que essa diretoria possa ser o embrião de uma futura secretaria da micro e pequena empresa no estado, quem sabe, no futuro governo.

Há também o Juro Zero I, que atende ao empreendedor individual e é fundamental, e agora há o Juro Zero II, que está sendo gestado pela secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e que vai incluir 12 mil microempresas do estado de Santa Catarina. Esses são programas do governo do estado, deputado Aldo Schneider - e v.exa. é o líder do PMDB -, que têm sido de fundamental importância para manter a economia do estado de Santa Catarina.

Encerro as minhas palavras, deputado Ismael dos Santos, dizendo que no ano que vem o governo vai mandar para esta Casa o projeto do Estatuto da Micro e Pequena Empresa do Estado de Santa Catarina. Com a aprovação desse estatuto deveremos efetivamente garantir aquilo que foi consagrado na Constituição Federal, no que diz respeito às microempresas e que ainda, efetivamente, não foi colocado em prática pelos estados do Brasil.

Portanto, esse, com certeza, será um debate importante e necessário para que possamos dar o apoio devido às micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina que seguram, efetivamente, a nossa economia.

Concedo o restante do tempo do PSD ao eminente deputado Ismael dos Santos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, ainda dentro do horário do PSD, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, na última semana apresentamos aqui o PL n. 0030/2012, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que tem acompanhado de perto as questões da Polícia Militar, e provocamos um debate na sociedade, no campo das ideias, sobre a desnecessidade de diploma de ensino superior para ingresso nessa instituição.

Nós sabemos que se, por um lado, foi uma conquista a exigência de

diploma universitário, por outro, deputado Padre Pedro Baldissera, há necessidade urgente de aumento do efetivo da Polícia Militar, deputado Maurício Eskudlark, com quem temos conversado. E é claro que, numa democracia participativa, a análise da proposição sai dos gabinetes e percorre as ruas do estado.

Quando propus essa flexibilização do critério de escolaridade para ingresso na carreira militar, fiz ciente, sim, da importância que essas corporações têm em nossa sociedade, ciente também de que, por razões históricas, o efetivo que hoje serve à população é reduzido e há um déficit de pelo menos dez mil policiais militares.

É inegável, em nenhum momento falamos o contrário aqui, a importância da formação superior nos quadros de colaboradores de qualquer organização, seja na iniciativa privada e, por que não, seja na administração pública, e de forma específica na Polícia Militar não é diferente.

Sendo assim, trouxemos para a apreciação da sociedade esse debate, principalmente nas redes sociais, e a nossa intenção era muito simples: como acontece na iniciativa privada, que quando uma empresa não consegue, por qualquer motivo, completar os seus quadros com profissionais qualificados, ela contrata e depois prepara essa mão de obra, essa também foi a nossa intenção de debater com a sociedade catarinense para contratarmos jovens que poderiam, paralelamente ao ingresso na Polícia Militar, já com seus 18, 19, 20 anos, ter também uma formação de curso superior com o apoio financeiro, inclusive, do estado de Santa Catarina.

Eu recebi a visita do comando da Polícia Militar, representado pelo 7º Batalhão de Blumenau. Estiveram conosco o major e o ex-comandante da Academia da Polícia Militar de Santa Catarina. E quero enaltecer aqui o diálogo cortês, democrático, respeitoso e produtivo que tivemos com esse comando, representado por esses oficiais que visitaram o nosso gabinete. Diante dos argumentos que deles ouvimos, principalmente da questão da maturidade daqueles que ingressam na Polícia Militar após um curso superior, entendemos que, paralelamente ao projeto que tramita nesta Casa, cuja relatoria é do deputado Sargento Amauri Soares, o PL n. 0008/2012, de maio deste ano, que define os critérios para ingresso nas carreiras militares, esse debate deva prosseguir nessa instância para que, de fato, possamos estabelecer critérios justos que contribuam para a segurança de Santa Catarina.

Nós, como deputado estadual, continuaremos trazendo ideias para debate nesta Casa, srs. deputados e deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, em especial os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, com quem conversamos através das redes sociais.

Ontem estivemos em Anchieta discutindo com policiais militares e a nossa bandeira e a nossa luta nesta Casa em relação à Polícia Militar não será outra

se não a de que queremos, sim, uma polícia bem treinada, e isso se dá na academia nos oito meses que os aspirantes ali passam. Queremos, sim, uma polícia bem equipada e, por que não, uma polícia bem paga.

Por isso, sr. presidente, pedimos a retirada do Projeto de Lei n. 0030/2012, para que esse debate continue através do Projeto de Lei n. 0008, de 12 de maio, cujo relator é o deputado Sargento Amauri Soares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Gostaria de registrar a presença, sr. presidente, neste Parlamento, da gerente de Desenvolvimento Econômico, Pesca e Agricultura de Itajaí, Elvira Pierre da Silva; da gerente de Projetos Especiais, Daiane de Oliveira, e amigo Arthur, advogado e suplente de vereador também de Itajaí.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente quero comunicar a v.exas. que esses 12 minutos serão divididos com o eminente deputado Manoel Mota.

Assomo à tribuna, hoje, para relatar o processo de escolha do futuro presidente do PMDB em Santa Catarina. Existe uma regulamentação do diretório nacional de que ainda em 2012 todos os estados do país devem realizar eleições para a composição dos novos diretórios do PMDB.

Em Santa Catarina, os deputados estaduais e federais, a executiva, os prefeitos atuais e os eleitos, os vereadores e os delegados chegaram ao entendimento de que no próximo dia 8 de dezembro, nesta Casa, o PMDB fará uma grande festa democrática para escolher o novo timoneiro, o novo presidente do partido, que o liderará nos próximos dois anos. Até neste momento temos como pretendentes ao cargo o atual presidente, vice-governador Eduardo Pinho Moreira, e o deputado federal Mauro Mariani, uma figura importante para o PMDB de Santa Catarina.

Então, aproveito este momento para dizer que saímos da recente eleição municipal, para a qual fizemos uma grande mobilização partidária, envolvendo as pessoas que têm paixão, gratidão e carinho pelo PMDB, extremamente bem posicionados. O PMDB é uma máquina, uma locomotiva. Nem bem saímos de uma eleição, concluída no último dia 27, e já estamos nas tratativas para construir um diretório forte.

É evidente que os deputados estaduais têm interesse de que os líderes

catarinenses cheguem a um entendimento, a fim de que possamos, até o dia 8 de dezembro, ter uma chapa de consenso, na qual estejam representados todos os segmentos do partido, todas as regiões, a fim de que saíamos desse processo mais unidos, mais fortes, pois o PMDB foi o grande vencedor das últimas eleições e é um partido de grande envergadura.

Por isso, ao usar esta tribuna, conclamo todos os segmentos do nosso glorioso PMDB a fazerem um grande entendimento, para que no dia 8 de dezembro cheguemos para a festa da democracia, nesta Casa, unidos e corremos o processo com a eleição do novo presidente através do voto dos delegados municipais.

Evidentemente que para que isso aconteça é preciso que exista compreensão; é preciso que as duas partes queiram o entendimento; é preciso que ambos cedam.

Nós, na condição de líder da bancada do PMDB nesta Casa, posicionamo-nos pela recondução do dr. Eduardo Moreira à presidência do partido. Por quê? Porque o atual presidente tem feito um ótimo trabalho na construção partidária e participou ativamente do último pleito eleitoral praticamente em todos os municípios do estado. Assim, como reconhecimento pelo grande trabalho feito em favor do PMDB, a bancada estadual do PMDB já definiu o seu apoio praticamente incondicional ao dr. Eduardo Pinho Moreira. No entanto, não vamos deixar de, em momento algum, buscar

o consenso com todas as alas e com todos os segmentos partidários, porque entendemos que em política isso é necessário.

Por isso, da tribuna da Alesc, conclamo todos os nossos delegados a participarem dessa grande convenção; conclamo todos os nossos líderes, deputados estaduais, federais, senadores e ex-governadores, para que, através de uma ampla negociação, procurem um entendimento que fortaleça ainda mais o PMDB, até porque nosso partido já deixou a sua marca administrativa, quando governou Santa Catarina através de Pedro Ivo Campos, Casildo Maldaner, Paulo Afonso Evangelista Vieira, Eduardo Pinho Moreira e Luiz Henrique da Silveira.

Dessa forma, encerro meu pronunciamento e convido todos os peemedebistas de Santa Catarina para a grande festa que acontecerá nesta Casa, no dia 8 de dezembro, a partir das 9h, na qual faremos um grande trabalho partidário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pelo tempo restante do PMDB, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento na tarde de hoje.

Primeiramente quero cumprimentar o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que esteve em Ciciúma com Acélio Casagrande e com o dr. Dalmo Claro de Oliveira, levando R\$ 14 milhões para serem investidos em oito novas salas no centro cirúrgico, 20 novos leitos de UTI, 35 leitos de internação hospitalar, uma nova sala central de esterilização de materiais, um novo espaço de métodos gráficos e uma ala de atendimento oncológico para atender às crianças da região sul do estado.

Portanto, trata-se de uma ação do governo do estado no sentido de diminuir a tal ambulancioterapia! Trata-se do cumprimento daquilo que o governo pregou: investir para diminuir o tráfego de ambulâncias nas estradas de Santa Catarina.

Ontem, em Tubarão, também com a presença do governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, do secretário da Saúde, de Acélio Casagrande e dos deputados federais Edinho Bez e Ronaldo Benedet, o Hospital Nossa Senhora da Conceição recebeu do governo do estado autorização para realizar serviços de alta complexidade em cardiologia pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Agora, aquele hospital deverá aguardar parecer final do ministério da Saúde.

Então, é um ganho real para Tubarão. Parabéns ao município! Parabéns ao hospital! Parabéns às irmãs, que obtiveram essa conquista importante para a população!

Gostaria ainda, com relações às considerações feitas pelo eminente deputado Kennedy Nunes contra o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, hoje senador da República, no sentido de que não teria construído nenhuma escola em Joinville, de dizer que se não o fez, conseguiu eleger o prefeito, o que mostra que é uma fortaleza sem limites.

De qualquer maneira, quero parabenizar o deputado Kennedy Nunes, que disputou uma eleição difícil, pois foi capitaneada pelo comandante de Santa Catarina, o maestro Luiz Henrique. Temos que tirar o chapéu para o nosso senador, porque reverteu o processo eleitoral, venceu em Joinville e fez o novo prefeito.

Então, quando se ataca esse ou aquele secretário, está-se atacando o governo honrado de Raimundo Colombo. E nós defendemos o governo de Raimundo Colombo. Não devemos atacar a secretaria "a" ou "b" porque isso não nos interessa. Temos que pensar para frente, temos que ter grandeza.

Não estou aqui tecendo críticas ao deputado Kennedy Nunes, mas para elogiar o papel importante que desempenhou. Não ganhou a eleição, mas fez um papel bonito. No entanto, é preciso respeitar a liderança do comandante, que para mim é uma das maiores lideranças de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

Neste momento, é importante lembrar que temos um compromisso com o governador Raimundo Colombo, que chegou da China há pouco cheio de esperanças, porque acha que as

montadoras virão para Santa Catarina. Assim, os partidos da base têm que continuar unidos neste Parlamento, para que Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira possam fazer um grande governo, que é tudo o que o povo quer.

Assim, é por essa linha que quero trabalhar, lutando para que o nosso governo possa ser vitorioso e que a população receba...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota!

Quero registrar, com muito prazer, a presença no plenário do prefeito eleito da cidade de Irani, Mauro de Lima, juntamente com seu assessor, Tiago de Oliveira.

Sejam bem-vindos à nossa Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, dois assuntos me trazem à tribuna no horário do PSDB.

O primeiro é o adiamento da assinatura do memorando de entendimento entre a BMW e o governo do estado de Santa Catarina, que deveria ocorrer amanhã, porque conforme as partes envolvidas é preciso publicar a habilitação da montadora ao novo programa automotivo federal, o chamado Inovar-Auto, para não correr nenhum risco jurídico. Essa medida deve ser feita pelo ministério do Desenvolvimento e segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, nosso querido amigo Paulo Bornhausen, a assinatura no dia de amanhã poderia ser objeto de interpelação judicial se fosse feita antes da homologação do Inovar-Auto.

Eu quero agradecer ao deputado Padre Pedro Baldissera, meu grande amigo, pelo comentário que os senhores certamente não ouviram. Eu agradeço de coração a sua objeção, a sua interferência foi muito interessante.

Eu quero dizer que não temos uma data preestabelecida ainda para a assinatura, mas tão logo tenhamos, é evidente que não só os deputados desta Casa como também os políticos que representam o município de Joinville e região saberão e estaremos lá sacramentando essa iniciativa, que para a nossa cidade é muito importante.

Quero entrar agora no segundo assunto, sr. presidente e srs. deputados, que é de grande importância e diz respeito à segurança de Santa Catarina.

Nós temos acompanhado os atentados contra a polícia no estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, e agora estamos vendo acontecer isso em Santa Catarina também, onde pelo menos oito atentados foram registrados, até o mês de novembro, contra policiais civis e militares.

No dia 22 de setembro, tivemos um incêndio que destruiu a delegacia de

Paulo Lopes, na Grande Florianópolis. No dia 26 de outubro, tivemos o assassinato covarde da agente prisional Deise Fernanda Melo Pereira Alves. No dia 31 de outubro, um policial civil foi baleado quando entregava uma intimação no bairro Vila União, em Florianópolis, foi encaminhado ao hospital e, graças a Deus, sobreviveu. Em novembro, a base da Polícia Militar de Vila Aparecida, no bairro de Coqueiros, foi alvo de atentado, por volta das 5h, quando dez tiros atingiram o prédio. Na última quarta-feira, dois homens atearam fogo em um ônibus em Blumenau, homens atiraram contra uma guarita do presídio regional daquela cidade. Também viaturas e bases da Polícia Militar foram alvejadas em Florianópolis.

Tudo isso acontecendo, e o primeiro pensamento que vem é que a polícia está apreensiva, assustada com o que está acontecendo. Eu diria que não. Apreensiva talvez, mas assustada jamais! Porque os membros da Polícia Civil e da Polícia Militar são preparados, antes de assumir a função, para enfrentar bandidos e situações difíceis.

Portanto, a polícia jamais fica assustada. Os policiais estão apreensivos pelas suas famílias, em função das ameaças que possam receber. Os policiais, tanto civis quanto militares, não estão assustados porque estão extremamente preparados para enfrentar situações adversas.

Por isso, gostaria de sugerir a v.exa. que fosse enviada, por esta Casa, uma moção de solidariedade tanto à Polícia Civil quanto à Polícia Militar, que neste momento passam por uma situação de apreensão em relação aos seus familiares; não os policiais que estão nas ruas, porque esses estão preparados para o que der e vier. Mas sugiro a v.exa. que seja aprovada uma moção nesta Casa, pelos 40 srs. deputados, e encaminhada ao secretário da Segurança Pública, para mostrar que o Poder Legislativo está solidário e disposto a se aliar àquela pasta para o que for necessário, no sentido de enfrentar essa situação extremamente desagradável dos dias de hoje.

Mais uma vez quero parabenizar os policiais militares e civis que nos defendem, que estão nas ruas trabalhando para a defesa do cidadão catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aproveito o espaço do meu partido, o PT, para fazer algumas reflexões.

Tive a oportunidade, na última sexta-feira, de acessar, pela internet, um

dos artigos de frei Beto, no qual ele busca traçar alguns dos contrastes sociais existentes em nosso país, que servem para que cada um de nós faça uma profunda reflexão, no sentido de resgatar, através de políticas sociais inclusivas, a dignidade do ser humano.

Somos hoje uma população que gira em torno de 192 milhões de habitantes. Desses, apenas 30 milhões estão vivendo no setor rural, o que é um percentual muito pequeno pela importância que a agricultura tem para os municípios, para os estados e para o país. Infelizmente, no setor rural ainda predomina o grande latifúndio, o latifúndio improdutivo.

Por isso, fazemos questão de realçar essas contradições extremamente gritantes da sociedade em que vivemos, na qual 6,6 milhões de pessoas têm acesso à universidade, número pequeno diante da necessidade da nossa população. Dos 92 milhões de pessoas trabalhadoras, quase a metade não tem carteira assinada, vive do trabalho informal. Isso nos remete a aprofundar a reflexão em torno da questão fundiária da América Latina, da qual o Brasil tem a maior área fundiária. No entanto, nunca fizemos uma reforma agrária e as poucas iniciativas existentes se deram em função da organização, da mobilização e da pressão dos trabalhadores sem terra.

É importante ainda registrar que o nosso país é o principal exportador de carne e o segundo em número de helicópteros nas Américas. Mas tem 16 milhões de habitantes que vivem em plena miséria.

É importante ser o maior exportador de carne. É importante ter a maior frota de helicópteros. Mas mais importante seria socializar esse dinheiro, seria promover uma distribuição de renda, através da qual esses milhões de brasileiros saíssem da situação de miséria.

O Brasil é considerado a sexta economia do mundo, mas infelizmente ocupa nada mais nada menos do que 84º lugar no IDH. Isso mostra que a distribuição de renda está longe de ser alcançada, pois 65% da renda nacional se concentram nas mãos de apenas 10% da população. E é desse contraste que de fato emerge a miséria e a pobreza no seio da sociedade.

Srs. deputados, essa situação poderia ser mais grave, se não fossem os inúmeros programas sociais construídos a partir do governo Lula, fazendo com que milhões de brasileiros saíssem da situação de exclusão.

Com o programa Mais Brasil, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional, a partir das diferentes políticas que serão implementadas nos próximos quatro anos, poderemos fazer com que uma grande parcela da nossa sociedade acesse a outras classes e, portanto, saia da situação de pobreza e de miséria. Esse programa conta com R\$ 5,5 trilhões, que serão investidos em políticas sociais, em políticas de infraestrutura e em políticas produtivas e ambientais nos próximos quatro anos.

Por isso, acreditamos que através dessas ações teremos um Brasil cada vez melhor, com mais dignidade e com mais qualidade de vida. Mas é preciso também que se assegure a esses milhões de pessoas uma situação melhor. E não temos dúvida nenhuma de que o conjunto da sociedade brasileira é que vai ganhar com esses investimentos que serão feitos nos diferentes setores.

Por isso, esperamos que aos poucos, através das diferentes políticas que o governo implementará no contexto nacional, possamos dar uma melhor condição de vida aos cidadãos brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, no final de semana que passou teve início uma série de eventos em Itajaí, em Florianópolis e em outras cidades do estado, deputado Manoel Mota, que visam fazer uma reflexão sobre a data de 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra. Essa data é comemorada devido à morte de Zumbi dos Palmares, o general negro na luta contra a escravidão no Brasil, que morreu em 1695.

Estive ontem em Itajaí participando do 3º Seminário da Consciência Negra, que contou com a presença da atriz e cantora Zezé Mota. Ela realizou uma brilhante palestra relatando situações de sua vida que a fizeram firmar-se como militante do movimento negro e ser uma das fundadoras do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro no Brasil. Também falou da importância da política de cotas como instrumento de reparação histórica e da importância de políticas públicas voltadas à população negra no Brasil, principalmente na área da saúde, pois algumas doenças acontecem predominantemente entre os negros. Um exemplo disso é a anemia falciforme, tema que irei abordar amanhã desta tribuna.

Então, pela iniciativa de realizar esse 3º Seminário da Consciência Negra, quero parabenizar Graziela Gonçalves, assessora da secretaria de Relações Institucionais e Temáticas de Itajaí, e também o prefeito Jandir Bellini. Itajaí é a única cidade que tem um Plano Municipal de Igualdade Racial, sendo exemplo para tantas outras cidades que precisam implementar esse tipo de política pública.

Hoje pela manhã estivemos em Araquari com o prefeito João Pedro Woitexem, que é um visionário, um batalhador e que está fazendo com que aquele município seja o que mais cresce no estado e no Brasil.

Juntamente com a Graziela e com a Alaíde, que representa a Acaia, levamos uma proposta para que ele assine um

termo de adesão para a criação em Araquari de um organismo que promova a igualdade racial. Ele prontamente atendeu, pois percebeu que esse tipo de política precisa ser implantada em seu município. O termo de adesão será estudado por sua assessoria jurídica e no dia 20 de novembro será assinado, durante um evento promovido pela Acaia.

Então, quero parabenizar o prefeito João Pedro Woitexem e todas as entidades de movimento negro que vamos relacionar e que durante toda essa semana estarão promovendo eventos por todo o estado para refletir sobre a consciência negra e sobre a Lei Estadual n. 264, que fala da obrigação de ser ensinada a história e a cultura da África nas escolas particulares e nas escolas públicas do nosso estado.

Fica também o convite a todos os deputados, aos funcionários da Assembleia, às pessoas que nos assistem para que participem dos eventos que estão acontecendo em Florianópolis, Itajaí, Joinville, Blumenau e assim por diante.

Muito obrigado, sr. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

Quero pedir à assessoria que encaminhe a moção solicitada pelo deputado Nilson Gonçalves, em nome dos 40 deputados, à SSP/SC, em apoio às Polícias Militar e Civil pelo momento difícil por que passam.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Digital nesta tarde de terça-feira.

Quero agradecer, sr. presidente, a v.exa. pelo apelo que acabou de fazer para a aprovação dessa moção e ao deputado Nilson Gonçalves pela iniciativa de solidariedade a todos os policiais e bombeiros militares e aos policiais civis, agentes penitenciários e, creio, que também aos funcionários do Instituto Geral de Perícias, que vão até a cena do crime e por certo não têm a simpatia da marginalidade.

Gostaria de continuar no mesmo assunto que v.exa., deputado Nilson Gonçalves, abordou aqui sobre o aumento da violência. Os servidores da Segurança Pública têm sido, nos últimos anos, vítimas de execução. E mesmo que não fosse por agentes do crime organizado, por um supercomando, superquadrilha, mas execuções. Isso não acontecia há dez, 20 anos, é um fenômeno novo em Santa Catarina e não há como minimizar sua gravidade, pois apenas nas últimas 24 horas dois ônibus foram incendiados em Canas Vieiras, no norte da ilha; uma viatura da Polícia Civil foi incendiada, na frente da 2ª Delegacia, no Saco dos Limões, e o carro particular de um praça da PM foi incendiado também em Canasvieiras. Isso sem falar na execução

da agente Deise, no tiro ao policial no norte da ilha e aos disparos contra a base da Polícia Militar na Vila Aparecida.

Parece mesmo que São Paulo é aqui. Então, precisamos tomar medidas urgentes e essa moção dos 40 deputados é importante nesse sentido. Precisamos também fortalecer a Segurança, que tem sido negligenciada nos últimos 20 anos. O serviço público em geral e a Segurança Pública em particular têm sido enfraquecidos proporcionalmente ao que é necessário, à arrecadação do estado, ao enriquecimento da sociedade e ao aumento do Produto Interno Bruto nos últimos 20 anos.

É necessário entender que a situação atual é produto dessa política. Há necessidade de mudar estruturas, mecanismos e até de debater princípios penais e processuais penais. E, de forma urgente, precisamos dos recursos disponíveis, esses que vieram do governo federal recentemente, para a aquisição de equipamentos de proteção individual dos policiais, como coletes balísticos e armas automáticas.

É possível também e necessário que se paguem horas excedentes para que se aumente o efetivo policial a serviço da população tanto da Polícia Militar quanto Civil e do sistema prisional. Isso tem resultado imediato. Se o governo pagar horas excedentes, os comandantes podem escalar os policiais para que eles trabalhem inclusive no dia em que estão de folga, enquanto hoje talvez estejam buscando outra atividade nesse tempo.

É preciso realizar operações de revistas constantes nos presídios e penitenciárias, com equipe de agentes penitenciários fazendo isso de forma permanente, com remoção de preso de cela, de galeria, de ala e mesmo de presídio, além da transferência de líderes criminosos para presídios federais. É necessária a aquisição de vidros blindados para viaturas, postos policiais, bases operacionais, quartéis e delegacias. É preciso também realizar durante dois meses, com toda a polícia na rua, um trabalho combinado com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Com essas medidas urgentes é possível, em dois meses, mostrar que em Santa Catarina não poderão se criar. Concordo com o deputado Nilson Gonçalves que falta apoio do estado, falta que as autoridades assumam a frente também, falta apoio institucional para que se possa efetivamente fazer o combate necessário na defesa da segurança da sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sandro Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença do vereador eleito Maurício Soares, do PMDB de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos à Ordem do Dia.

Continuamos com falta de quórum para a votação dos vetos. Para que haja tempo para os deputados virem ao plenário, vamos votar as matérias que não demandam quórum qualificado. Logo em seguida, faremos a verificação da presença dos srs. deputados.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0182/2012, de autoria do deputado Edison Andriano, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado Santa Catarina a pesca artesanal da tainha.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0272/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Nathan Zugmann, de Canoinhas.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0320/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Monte Carlo.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria de fazer um apelo aos deputados que estão em seus gabinetes que descessem ao plenário para garantir quórum para votação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado pela ajuda, sr. deputado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0322/2012, de

autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 2.729, de 1961, que declara de utilidade pública a Creche Conde Modesto Leal, fundada em 1936 e com sede na cidade de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0341/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 13.149, de 2004, que declara de utilidade pública a Blusoft - Blumenau Polo Tecnológico de Informática, de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0316/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que declara de utilidade pública a Cidade Nova Esperança, de Concórdia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0434/2012, 0435/2012 e 0436/2012, de autoria do Dirceu Dresch; e 0436/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.007/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 1.008/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.009/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.010/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 1.011/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0058/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Educação, apelando pela retomada das obras de reconstrução da Escola Básica General Osvaldo Pinto da Veiga, do município de Capivari de Baixo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0081/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações referentes às ações do governo do estado quanto às obras de reforma e recuperação da Escola General Osvaldo Pinto da Veiga, em Capivari de Baixo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0082/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao secretário de estado da Agricultura e da Pesca, solicitando informações sobre quantos funcionários efetivos, comissionados e terceirizados dispõe cada uma das vinte estruturas regionais da Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, vamos proceder à verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	presente
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	presente
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	presente
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO GELSON MERISIO	presente
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	presente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	presente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	presente
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO RENO CARAMORI	presente
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SANDRO SILVA	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON	presente
DEPUTADO SILVIO DREVECK	

DEPUTADO VALMIR COMIN presente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Temos 22 deputados presentes, mas o quórum mínimo para avotação de mensagens de veto é de 24 votos.

Assim, se votássemos, praticamente estariam mantidos todos os vetos, o que não é a intenção desta Presidência.

Por isso, não vamos deliberar as mensagens de vetos hoje, mas amanhã havendo mais de 21 deputados presentes, vamos deliberá-los mesmo que implique na manutenção de todos os vetos. Já estamos postergando há várias semanas e com a proximidade do fim da sessão legislativa de 2012, é imperioso que deliberemos.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo a tribuna para, inicialmente, trazer um tema que preocupa os catarinenses: a segurança pública, a segurança dos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Esperamos que a população de Santa Catarina não sofra tanto quanto está sofrendo a população em geral e os trabalhadores da Segurança Pública do estado de São Paulo.

Queremos, sr. presidente, mais uma vez registrar o que já fizemos vários vezes desta tribuna, quando do desvio de peças, motores, carros e caminhões que estavam sob a guarda da Segurança Pública de Santa Catarina. Já naquele momento dissemos que a situação de insegurança estava preocupando todos nós e mais uma vez precisamos ocupar a tribuna para cobrar ações imediatas.

O deputado Sargento Amauri Soares falou de várias questões que envolvem a ação dos criminosos nos últimos dias, mas com certeza uma ação estratégica e firme da secretaria de Segurança Pública é importantíssima neste momento.

Entendemos que não pode acontecer aqui o que aconteceu em São Paulo, ou seja, as autoridades não podem esperar muito tempo para pedir o apoio do governo federal, no sentido de articular ações conjuntas, porque esse não é um problema somente dos estados, mas de segurança nacional. Daí a necessidade da participação ativa do governo federal, que já vem repassando recursos e participando ativamente do incremento da infraestrutura da Segurança Pública em nosso estado.

Era isto o que queria deixar registrado, a premência de uma ação articulada e firme da Segurança Pública de Santa Catarina, que não pode vacilar neste momento e que deve enfrentar essa situação.

Além disso, sr. presidente, antes de falar da habitação quero dizer a todos os catarinenses que nos acompanham que no dia de amanhã teremos uma audiência importante com o ministro dos Transportes, em Brasília, a respeito do

Parlasul e da articulação dos Paramentos e das frentes parlamentares da Alesc e da Câmara Federal, sobre os investimentos, as estratégias, as ações, as licitações e o calendário que o governo federal desenhou para a implantação de ferrovias tanto em Santa Catarina quanto no país.

Discutiremos com o ministro e traremos os encaminhamentos e as informações para esta Casa e para a população de Santa Catarina.

Por último, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham, quero dizer que ontem eu estive, à noite, no lançamento do Projeto de Habitação Loteamento Bem Morar, no município de Quilombo, uma ação da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar - Cooperhaf -, da Fetraf/Sul e do Sicredi, que tem mais de 150 lotes já em processo de construção.

A nossa Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar está construindo mais uma experiência de habitação urbana, com terrenos de 360m² a 450m², com infraestrutura completa, vias pavimentadas, iluminação pública, rede pluvial e áreas para preservação permanente.

Quero dizer que o ministro das Cidades publicou, no dia 8 de novembro, a Instrução Normativa n. 45, do ministério das Cidades, pela qual amplia o Fundo de Desenvolvimento Social de Habitação de R\$ 36 mil para R\$ 49 mil por casa construída. O mais importante é que o pagamento pode ser feito em dez anos, comprometendo apenas 5% somente da receita da família.

Então, é um recurso importantíssimo, é um investimento muito grande, que dará condições de moradia à população de baixa renda do nosso país. Isso tem que ser divulgado, tem que ser

valorizado, pois é uma iniciativa importante do governo da presidente Dilma Rousseff, através do ministério das Cidades, ou seja, investir recursos tão grandes para dar dignidade, para dar um endereço, para propiciar a tão sonhada casa própria aos mais carentes.

Nas cidades acima de 20 mil habitantes, os recursos serão de R\$ 64 mil por família, e também as regiões metropolitanas vão receber esse mesmo benefício. É um benefício extraordinário, um recurso muito grande que está sendo investido a fundo perdido para que a nossa população possa construir a sua casa própria.

Com relação o Loteamento Bem Morar, de Quilombo, queremos parabenizar o município, o prefeito Lenoir Bigolin, o atual vice-prefeito Neuri Brunetto, prefeito eleito para o próximo quadriênio, que vai dar continuidade a esse belo projeto e a outras políticas sociais.

Outros municípios já foram beneficiados pela Cooperativa da Habitação da Região Sul, que em Santa Catarina é responsável por 55% das habitações que estão sendo construídas. É uma entidade importante, que vem contribuindo para o desenvolvimento do estado e dos municípios, fazendo projetos tanto de habitação rural, como de urbana. Já são mais de cinco mil casas construídas e em construção nesse último período, sendo que mais de 13 mil agricultores foram beneficiados com casas novas ou reformas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigado, deputado Dirceu Gresch.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito e do vice-prefeito eleitos da cidade de Major Gercino, João José David e Nésio Fernando Dellagnolo, que já estão-se preparando para administrar aquele belo município.

Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Ismael dos Santos e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não mais havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência gostaria de agradecer ao quadro de funcionários desta Casa: os policiais militares, o pessoal da TVAL e a assessoria da Mesa Diretora, que nos deram condições de desenvolver o nosso trabalho a contento.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 055-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Carlos Chiodini para ausentar-se do País, no período de 16 a 26 de novembro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 14 de novembro de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às nove horas do dia treze de novembro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Mauro de Nadal substituindo o Deputado Edison Andrino, José Nei Alberton Ascari, Dóia Gugliemi, Sargento Amauri Soares, Serafim Venzon e Silvio Dreveck. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 25ª reunião ordinária, que

foi aprovada por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Ofício de nº 0541.0/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou os Projetos de Lei de nºs 0053.3/2012 e 0253.9/2012, exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0331.6/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei de nº 0346.2/2012, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado José Nei Alberton Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0339.3/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dóia Gugliemi** relatou o Projeto de Lei de

nº 0156.9/2012, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de lei de nº 0206.2/2012, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 13 de novembro de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 10H00, DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2012.

Às dez horas do dia trinta e um de outubro do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Serafim Venzon** reuniram-se a Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, com a presença dos Senhores Deputados: **Manoel Mota, Padre Pedro Baldissera e Sandro Silva**. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação da Ata da 3ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Sandro Silva**, a doc, já que a **Deputada Dirce Hiderscheidt** era a relatora do ofício, relatou o Ofício 0604.8/2012 que encaminha para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Beneficente Educacional e Assistencial Gente Amiga de Florianópolis, referente ao exercício de 2011, exauriu voto favorável para posterior arquivamento, e posto em votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o assunto fundamental do encontro que é ouvir o gestor do FIA (Fundo da Criança e do Adolescente), **Padre Luís Antônio Caon**. Este informou a criação do FIA pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o objetivo de disponibilizar recursos para projetos sociais voltados à infância e a juventude e abastecido por doações do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas. Tais repasses são de 6% para pessoas físicas e 1% para jurídicas. Caon relatou que em menos de um ano, os recursos do FIA DE Santa Catarina cresceram 709%, e que o mesmo encontrava-se praticamente inativo, e em 2011 o CONDECA (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) e a Secretaria Estadual de Assistência Social reorganizaram o FIA. O CONDECA também irá criar grupo para trabalhar na elaboração de um banco de projetos, que poderão ser usados para a solicitação de recursos para o FIA. Ressaltou ainda a existência em 2011 de um saldo de R\$ 71.786,00 na conta do FIA, e que em 2012 esse saldo, entre janeiro e setembro, passou para R\$ 581.069,00, isso devido à campanha de arrecadação feita entre os servidores estaduais, após a reativação do Fundo. **Deputado Serafim Venzon** elogiou as iniciativas do CONDECA e pediu a participação do Conselho na mobilização, junto ao governo estadual, para a apresentação de um projeto de lei que permite ao Estado antecipar a doação do IR a ser feita pelos servidores públicos. **Deputado Padre Pedro Baldissera** elogiou as ações do CONDECA e afirmou que investir na criança e adolescente é fundamental para se ter uma sociedade melhor. **Deputado Sandro Silva**, completou que os resultados apresentados motivam ainda mais a seguir com esse trabalho que cumprimentando a todos corroborou a fala dos anteriores e enfatizou a cobrança da aplicação dos recursos em projetos. A Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Laura Celeste Jaeger Gubert, Chefe da Secretaria, lavei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 31 de outubro de 2012.

Deputado Serafim Venzon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia seis de novembro do ano de dois mil e doze, sob a presidência do **Deputado Silvío Dreveck**, em substituição ao

Deputado Elizeu Mattos, que encontrava - se em audiências em Ministérios na capital federal, reuniram-se os Deputados da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: Angela Albino, Sandro Silva e Jorge Teixeira. Aberto os trabalhos o Deputado Silvío Dreveck leu o requerimento do SINDISAÚDE - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Público Estadual e Privado da Grande Florianópolis, datado de vinte e dois de outubro de dois mil e doze, apresentando REPRESENTAÇÃO em face do ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo senhor Dalmo Claro de Oliveira, Secretário de Estado da Saúde e pelo senhor Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina, pelos fatos apresentados no referido documento. O **Deputado Silvío Dreveck** relatou o PL./0320.3/2012 que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Monte Carlo, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvío Dreveck** relatou o PL./0316.7/2012, cujo relator o Deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública a Cidade Nova Esperança de Concórdia, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Jorge Teixeira** relatou o PL./0272.1/2012, cujo relator Deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Nathan Zugmann, de Canoinhas, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sandro Silva** relatou o PL./0322.5/2012, que altera a Lei nº 2.729, de 1961, que declara de utilidade pública a Creche Conde Modesto Leal, fundada em 1936 e com sede na cidade de Joinville, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sandro Silva** relatou o PL./0204.0/2011, que declara de utilidade pública a Associação Itajaense de Kung-Fu, de Itajaí, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvío Dreveck** na qualidade de presidente, colocou em discussão e votação os ofícios: OF./0250.2/2012, OF./0617.2/2011, que postos em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Maria Thereza Franzoni d'Araujo, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em seis de novembro de dois mil e doze.

Deputado Silvío Dreveck

Presidente da Comissão de Trabalho
Administração e Serviço Público

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ALESC (GASOLINA E ETANOL COMUNS).

DATA: 29/11/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 29 de novembro de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de novembro de 2012.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenadora de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 5.000 (CINCO MIL) CAMISETAS REFERENTE AO PROGRAMA "O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO?"

DATA: 30/11/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de novembro de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de novembro de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenadora de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2012

OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA (AÇÚCAR, LEITE, CAFÉ E ÁGUA MINERAL).

DATA: 03/12/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 03 de dezembro de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de novembro de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenadora de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 643/12

CE - 028/2012 Florianópolis, 24 de outubro de 2012.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Grupo de Trabalho Comunitário Catarinense - GTCC**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2011.

Santiago Ocampo Santiago
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/11/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 644/12

Florianópolis, 31 de outubro de 2012.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Sociedade Beneficente Vida e Movimento**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2011.

Zeula Soares
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/11/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 645/12

Florianópolis, 31 de Outubro de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Coepad - Cooperativa Social de Pias, Amigos e Portadores de Deficiência**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2011.

Aldo Brito
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/11/12

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2602, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 030/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
2016	Carlos Henrique Monguilhott	Pregoeiro
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro substituto
1998	Bernadete Albani Leiria	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2603, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 031/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	
2016	Carlos Henrique Monguilhott	
0947	Valter Euclides Damasco	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2604, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 032/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2016	Carlos Henrique Monguilhott	
1039	Victor Inácio Kist	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2605, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **MARCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Contabilidade, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CARLOS ANTONIO DOS SANTOS, que se encontra em fruição de licença-prêmio por 30 (trinta) dias, a contar de 20 de novembro de 2012 (DF - Coordenadoria de Contabilidade).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2606, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FREDINEI JUSTI LOPES**, matrícula nº 7116, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 19 de novembro de 2012 (Gab Dep Moacir Sopelsa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2607, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DENISE JUSTI LOPES, matrícula nº 6107, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Moacir Sopelsa - Concórdia).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2608, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **NEREU BAHIA SPINOLA BITTENCOURT**, matrícula nº 1116, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Publicação, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO BEZERRA, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 02 de janeiro de 2013. (DL - Coordenadoria de Publicação).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2609, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 3110/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **TANIA MARIA NOWAKOWSKI**, matrícula nº 1117, por 15 (quinze) dias, a contar de 05 de novembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2610, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
ROSELIA FLORENCIO	1999	3%	36%	12/10/12	2851/12
JOAO CARLOS MUNARETTO	6227	3%	3%	15/10/12	2973/12
RICARDO KRAMBECK JUNIOR	4570	3%	6%	11/10/12	3022/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2611, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Solange B. R. Brasil Gonçalves	2139	3%	36%	12/10/12	2852/12
Maria Cecília Sens Burg	3505	3%	12%	12/10/12	2944/12
Carmen Irene Schweitzer Pauli	2703	3%	3%	13/10/12	2945/12
Jose Alexandre Machado	4675	3%	6%	17/10/12	2971/12
Marta do Prado	6106	3%	3%	16/10/12	2974/10
Tiago da Luz	6237	3%	3%	01/11/12	3020/12
Maria Luiza Nietto	6230	3%	3%	01/11/12	3021/12
Ussiel Cundinho Fernandes Dias	5500	3%	3%	09/10/12	3024/12
Assuero Isoton	5884	3%	3%	18/10/12	3025/12
Edesio Cirilo Pereira	5923	3%	3%	01/11/12	3027/12
Patricia Paula Sabadini Miotto	3899	3%	6%	04/11/12	3029/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2612, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2686/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **MARIA ELIZABETH PELEGRINI TISCOSKI**, matrícula nº 2859, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre a parcela residual referente à gratificação prevista no art. 92, § 1º da Lei Estatutária, decorrente da opção conferida no Expediente datado de 04/09/2012 subscreto pela servidora, no percentual de 36% (trinta e seis por cento), totalizando 36% (trinta e seis por cento), a contar de 26 de setembro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2613, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
0676	Marlene Rosa	10/11/06	09/04/12	2937/2012
1304	Joenio Pires	03/10/07	02/10/12	2938/2012
1671	Niraci Chiminelli	02/10/07	01/10/12	2940/2012
1405	Roberio de Souza	03/07/07	23/08/12	2942/2012
1144	Raquel Teresinha Oliveira	28/06/07	11/10/12	2943/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2614, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1572	MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO	03/08/07	02/08/12	2842/2012
2065	TEREZINHA RODRIGUES GONCALVES	16/02/07	15/07/12	2936/2012
1252	MARIA MARCIA DE MELO BARRETO	07/06/07	06/08/12	2941/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2615, de 20 de novembro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2939/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **MARIA JOSE WERNER SALLES**, matrícula nº 1530, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 16 de outubro de 2007 e 15 de outubro de 2012.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 348.4/2012**

Altera a Lei nº 12.223, de 25 de abril de 2002, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Canoinhas.

Art. 1º a Lei nº 12.223, de 25 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Canoinhas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Canoinhas, com sede no município de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões,
Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente
Sessão de 07/11/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 12.223, de 25 de abril de 2002, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Romildo Titon

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 0182.0/2012**

O art. 1º do Projeto de Lei nº 0182.0/2012 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha."

Sala da Comissão, em
Deputado José Nei Ascari

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 06/11/12

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 13/11/12

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 182/2012

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a pesca artesanal da tainha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 272/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Nathan Zugmann, de Canoinhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Nathan Zugmann, com sede no Município de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 316/2012

Declara de utilidade pública a Cidade Nova Esperança, de Concórdia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cidade Nova Esperança, com sede no Município de Concórdia.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 320/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Monte Carlo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Monte Carlo, com sede no Município de Monte Carlo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 322/2012

Altera a Lei nº 2.729, de 1961, que declara de utilidade pública a Creche Conde Modesto Leal, de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 2.729, de 16 de junho de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública o Centro Educacional Conde Modesto Leal, de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Educacional Conde Modesto Leal, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 341/2012

Altera a Lei nº 13.149, de 2004, que declara de utilidade pública a Blusoft - Blumenau Pólo Tecnológico de Informática, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.149, de 29 de novembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública o Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft).

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Pólo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft), com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de novembro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 010/12

Acrescenta os incisos V, VI e VII ao art. 52 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam acrescentados os incisos V, VI e VII ao art. 52 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, com a seguinte redação:

“Art. 52.

V- repouso, no caso de Deputada gestante, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos;

VI - em caso de adoção ou guarda para fins de adoção, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos; e

VII - atender ao nascimento do filho, por 8 (oito) dias consecutivos.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 14 de novembro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 004, de 20 de novembro de 2012

Acrescenta os incisos V, VI e VII ao art. 52 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea “k” do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam acrescentados os incisos V, VI e VII ao art. 52 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, com a seguinte redação:

“Art. 52.

V- repouso, no caso de Deputada gestante, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos;

VI - em caso de adoção ou guarda para fins de adoção, pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos; e

VII - atender ao nascimento do filho, por 8 (oito) dias consecutivos.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 20 de novembro de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***